

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>2</sup>	581.850.483
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	0,009254%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,016665%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,015832%

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 22/mar/2012 às 16 hs.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.

No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - No total da Despesa Bruta com Pessoal a Ação Orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União) perfaz o montante de R\$ 6.937.

3 - Valor referente à Portaria STN nº 324 de 17/05/2012 (DOU de 18/05/2012).

ESMERALDO DE LUCENA ANTUNES  
Gestor Financeiro

ALEXANDRE JOSÉ CASTRO ARAÚJO  
Coordenador de Controle Interno

De acordo.

CARLOS HENRIQUE TAVARES MÉRO  
Diretor-Geral  
Substituto

Des. ANTÔNIO JOSÉ B. ARAÚJO  
Presidente do Tribunal  
Em exercício

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

#### PORTARIA Nº 167, DE 29 DE MAIO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de maio de 2011 a abril de 2012, anexo a esta Portaria.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA  
Em exercício

#### ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO DISTRITO FEDERAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012  
ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>53.757</b>	<b>2.039</b>
Pessoal Ativo	41.010	380
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	41.010	380
Pessoal Inativo e Pensionista	12.747	1.658
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	12.747	1.658
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>13.643</b>	<b>1.947</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.330	358
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.312	1.590
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>40.114</b>	<b>92</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a+IIIb)</b>		<b>40.205</b>

  

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	581.850.483
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,006910
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II, III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023607	137.357
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,022427	130.492

FONTE: SIAFI E CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 23/mar/2012 às 13h e 55m

<sup>1</sup>Valores referentes à Portaria STN nº 30, de 18/1/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

WESLEY NOGUEIRA AMARAL  
Gestor Financeiro

RAQUEL SOARES BUGARIN DE ARAÚJO  
Coordenadora de Controle Interno

ARTHUR CEZAR DA SILVA JÚNIOR  
Diretor-Geral

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA  
Presidente do Tribunal  
Em exercício

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

#### PORTARIA Nº 358, DE 28 DE MAIO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE/GO, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alínea a, e § 2º, referente ao período de maio de 2011 a abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Des. GILBERTO MARQUES FILHO

#### ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012  
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	95.745	844
Pessoal Ativo	82.073	844
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	82.073	844
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.672	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	13.672	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	11.115	30
Indenizações por Demissão e Incentivo à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	(325)	30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.441	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>84.630</b>	<b>814</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>85.444</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	581.850.483
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,014685
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023401	136.159
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,02231	129.351

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

\*Valor referente à Portaria STN nº 324, de 17/05/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II, do art. 35 da Lei 4.320/64.

O valor negativo na linha "Despesas de Exercícios Anteriores" refere-se a anulação de despesa por devolução de crédito em folha de pagamento, pelo Banco do Brasil, no valor de R\$ 548.162,29, conforme documentos SIAFI 2011RA054699 e 2011NS002152.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE  
Coordenadora de Orçamento e Finanças

JOSÉ FERNANDO ALVES DE SOUSA  
Coordenador de Controle Interno

SAULO RICARDO DE OLIVEIRA FREITAS  
Diretor-Geral

Des. Gilberto Marques Filho  
Presidente do Tribunal